

Cotação

- Dólar: R\$ 5,66
- Euro: R\$ 6,39



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quinta-feira • 22 de Maio de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	23 de Maio
<ul style="list-style-type: none">• Dia do Apicultor• Dia internacional da Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none">• Dia da Juventude Constitucionalista

Agenda do dia

Hoje	23 de Maio
<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda	<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Radar Litoral • Fala Caragua
• Litoral em Pauta • Diário Caiçara • Band Vale • Jornal do Litoral •
Ubatuba Times

Índice

Política.....	3
Folha de São Paulo.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
O Estado de São Paulo.....	7
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
Vereadores prestigiam 1º aniversário da 4ª Cia da Polícia Rodoviária em Caraguatatuba.	12
Vereadores prestigiam comemoração dos 48 anos da APAE de Caraguatatuba.....	13
Câmara de Caraguatatuba aprova projeto contra insegurança alimentar e concede títulos de cidadania na 16ª sessão ordinária.....	14
Cotidiano.....	15
Apostador de Caraguá leva R\$ 51,5 milhões ao acertar os seis números da Mega-Sena..	15
Após incêndio, prefeitura fornece ônibus escolares temporários.....	16
Caraguatatuba e DER promovem ação de prevenção a acidentes dentro do Maio Amarelo na rodovia SP 55.....	17
Prazo para Inscrições no Conselho Gestor do Parque do Juqueriquerê termina nesta sexta-feira.....	18
Mais de 150 profissionais de enfermagem participam do 1º Aulão de Ritmado e engajam ação solidária.....	19
Mostra Novo Cinema Mexicano – Programa Pontos MIS exhibe filmes na Videoteca Lúcio Braun e Espaço Cultural Casa da Democracia.....	20
Comissão de Literatura realiza oficina gratuita de Poesia no Macc.....	21
Secretaria de Saúde realiza café da manhã em homenagem ao Dia da Assistência Social.....	22
EcoManRun 2025 – Caraguatatuba recebe corrida de obstáculos com adrenalina em junho.....	23
Secretaria de Serviços Públicos executa zeladoria nas regiões Sul, Centro e Norte de Caraguatatuba.....	24
Secretaria de Turismo de Caraguatatuba inicia inscrições para o 20º Caraguá a Gosto	25
Turismo e Esporte.....	26
Caraguatatuba conquista três pódios na 3ª etapa do Campeonato Paulista de BMX.....	26
Vídeo: Jovem piloto de Caraguatatuba, Anna Pimpão, dá show em Interlagos e assume a vice liderança da Copa São Paulo Light de Kart.....	27
Clipping Eletrônico.....	28
Entrevista com o Secretário Adjunto de Esportes, Leandro Domingos de Souza, para a TV Câmara.....	28

Política

Folha de São Paulo

Papel atribuído a ex-chefe do Exército sofreu mutações até receber bronca de Moraes

Análise

General Freire Gomes já foi tratado como omissos nos relatórios iniciais das investigações da PF, e escudo contra trama golpista; agora volta a ser criticado

Ranier Bragon

BRASÍLIA O testemunho do general Marco Antônio Freire Gomes, comandante do Exército no último ano da gestão de Jair Bolsonaro (PL), reacendeu as dúvidas e ambiguidades sobre o papel do militar no episódio da trama golpista do final de 2022.

A fala nesta segunda (19) a ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e do chefe da Procuradoria-Geral da República, Paulo Gonet, resultou não só numa reprimenda por parte de Alexandre de Moraes como reavivou suspeitas de omissão do então chefe do Exército diante da clara movimentação antidemocrática que fervilhava nos palácios do Planalto e da Alvorada naquele período.

Se a capa de herói pintada no relatório da Polícia Federal e na denúncia da PGR fecha os olhos a atos do militar destoantes desse figurino, perduram elementos que, de fato, mostram-no como um grande obstáculo ao golpe.

O suposto abrandamento de sua versão irritou Moraes, o que novamente explicita a aparente indiferença do ministro em ser juiz e promotor de acusação ao mesmo tempo, com direito a broncas "no seu tribunal".

A palavra suposto, nesse caso, é cabível porque não há divulgação pública da íntegra do que Freire Gomes disse à PF em seu depoimento, mas sim o relato do que teria dito. Os típicos "ques", "que, ao ser questionado, respondeu..."

Mesmo que ele e sua defesa tenham endossado os registros, o jogo de palavras, a entonação, distorções e os não ditos podem mudar muita coisa.

A própria PF, por exemplo, tratava Freire Gomes de forma distinta no começo da investigação.

Em novembro de 2023, quando fez a primeira representação sobre o caso ao STF, citava indícios de que o general havia resistido à pressão para aderir a um golpe de Estado, mas dizia ser preciso apurar possível omissão por ele ter sabido de uma movimentação ilegal daquele porte e, mesmo assim, ter "quedado inerte".

Um ano depois, no relatório final entregue em novembro de 2024, a sombra de omissão some sem explicação. A narrativa oficial passou a celebrar Freire Gomes como o maior obstáculo à intenção golpista —peça-chave para que Bolsonaro não rompesse com a ordem democrática. Nessa mudança de tom, elementos relevantes ficaram pelo caminho.

Embora outros elementos de prova além da palavra do gene-



Jair Bolsonaro ao lado do general Freire Gomes. Evaristo Sá - 25.ago.22/AFP

ral indiquem que ele foi grande entrave à trama, tanto no documento final da PF como na denúncia da PGR são ignorados fatos e indícios em sentido diverso.

O primeiro, a nota pública assinada pelos comandantes das três Forças em 11 de novembro de 2022, Freire Gomes à frente. O documento foi visto à época e inclusive na investigação inicial da PF como uma ameaça velada ao STF e um aval para a manutenção dos acampamentos diante dos quartéis gerais do Exército.

Acampamentos esses que resultaram na tentativa de invasão da sede da PF em Brasília, em 12 de dezembro de 2022, e nos ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

A PF destacava no relatório inicial que o chefe da ajudância de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, enviou áudio de felicitação a Freire Gomes no mesmo dia da divulgação dessa nota, dizendo que ela fora lida pelos acampados como sinal de que teriam proteção das Forças Armadas contra eventuais decisões judiciais.

Foi dele também a ordem para o Exército não desmontar os acampamentos em frente aos quartéis quando o general Gustavo Dutra, chefe do Comando Militar do Planalto, preparou operação de desmonte em 29 de dezembro de 2022. O comandante o chamou de inconsequente e mandou interromper a ação, com receio da reação de Bolsonaro.

Outro episódio que acabou ignorado por PF e PGR foi a participação do chefe do Exército na reunião ministerial de 5 de julho de 2022, ocasião em que Bolsonaro e diversos ministros fizeram manifestações de claro cunho golpista a três meses da eleição.

No fim de 2022, o então comandante do Exército manteve relação ambígua com Bolsonaro.

Acompanhou a apuração do segundo turno ao lado do ex-presidente no Palácio da Alvorada e voltou ao local ao menos 13 vezes após a derrota eleitoral —algumas com chefes militares, outras sozinho. Entre outras, em 24 de dezembro, quando entregou um presente e convite a Bolsonaro para a passagem de comando.

Vários dos elementos colhidos nas investigações apontam, porém, para a resistência do chefe do Exército. Entre eles, o depoimento do brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, então comandante da Aeronáutica, segundo quem Freire Gomes ameaçou até prender Bolsonaro caso ele insistisse na aventura golpista.

É fato que o chefe do Exército não confirmou essa ameaça nem à PF, segundo relato de seu depoimento. Agora, como testemunha ao STF, afirmou que apenas informou ao presidente, "de forma bastante cordial, que as medidas que ele quisesse tomar deveriam considerar vários aspectos: o apoio internacional e nacional, o Congresso, a parte jurídica".

Várias mensagens trocadas por auxiliares do ex-presidente nesse período também apontam para a resistência de Freire Gomes, o que o tornava figura antipática aos golpistas.

A mais famosa delas talvez seja a do general Walter Braga Netto, que, em um diálogo, orientou um dos supostos golpistas a "oferecer a cabeça dele [Freire Gomes] aos leões" na internet.

Freire Gomes como omissos por não agir como deveria quando soube da trama? Estratégista, ao evitar o confronto direto para não ser afastado e se manter como barreira interna? Escudo contra a ruptura, embora hoje modesto sobre seus próprios feitos? O figurino está em aberto.

Folha de São Paulo

Cúpula da Câmara procura Gilmar para tentar frear crise entre Poderes

Emendas, anistia e suspensão de processo contra Ramagem tensionam relação

Raphael Di Cunto, Marianna Holanda e Ranier Bragon

BRASÍLIA Lideranças da Câmara dos Deputados jantaram nesta terça (20) com o decano do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes, para discutir a relação entre Legislativo e Judiciário e buscar formas de evitar que os atritos escalem para uma nova crise entre os Poderes.

A lista de ruídos vai desde o projeto de anistia aos condenados pelos ataques golpistas do 8 de Janeiro à decisão da Câmara de travar a ação penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) — iniciativa que foi rejeitada pelo STF —, passando pelas crises de emendas parlamentares.

O encontro reuniu líderes e presidentes de partidos numa casa no lago Sul, em Brasília. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), estava em reunião com prefeitos da Paraíba e não foi, mas Gilmar saiu do jantar dizendo que iria se encontrar com ele ainda naquela noite.

O jantar contou com parlamentares do PT, Republicanos, União Brasil, MDB, PP, PC do B, PSD, entre outros. Segundo relatos, os parlamentares e o ministro defenderam a necessidade de votar projetos de interesse do Brasil, ligados à saúde, educação e segurança pública, para tirar o foco de atritos pela tramitação do projeto da anistia.

Segundo Motta, de nada adianta votar anistia ampla no plenário da Casa, no Senado e que o presidente Lula (PT) a sancione porque o STF vai declará-la inconstitucional. A fala foi mal recebida pelo PL do ex-presidente Jair Bolsonaro, que tem pressionado Motta para que o texto avance.

Para os presentes no jantar, o enfrentamento ao STF se tornou bandeira do PL e é preciso que a



O ministro Gilmar Mendes em sessão no STF. Antônio Augusto - 21.mai.25 / Divulgação STF

+

Toffoli defende qualidade do plenário virtual

O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), defendeu a qualidade do plenário virtual usado pela corte na sessão desta quarta-feira (21). Segundo ele, há críticas quando as decisões não são as esperadas.

"Aqueles que muitas vezes criticam o plenário virtual não entendem que no virtual nós temos inclusive mais tempo para refletir sobre os processos em andamento e em julgamento", afirmou o ministro.

Câmara debata outras pautas. Nesta quarta (21), Motta anunciou a criação de um grupo de trabalho para discutir medidas para uma reforma administrativa nas carreiras do serviço público.

Outro tema tratado foram as emendas parlamentares. A crise, em comparação com o ano anterior, arrefeceu, após costura feita pela cúpula do Congresso com o STF. Um acordo com o ministro Flávio Dino autorizou o pagamento dos recursos, represados desde agosto passado.

Mas há ainda algumas emendas paradas e muito ruído em torno de investigações que têm parlamentares na mira, em especial o inquérito aberto pela Polícia Federal por determinação de Dino para investigar o ofício assinado pelos líderes da Câmara em dezembro para tentar manter sigilo sobre os autores das emendas de comissão.

Gilmar disse aos parlamenta-

res que o STF está unânime a favor de medidas que reforcem as decisões da corte como a posição de que o Congresso só pode suspender o andamento de ações penais por fatos ocorridos após diplomação do denunciado.

Por isso, um recurso impetrado pela Câmara para análise no plenário do caso Ramagem, réu juntamente com Bolsonaro e outros em ação penal da trama golpista, também não deve prosperar, segundo informou o decano.

Outro assunto que nenhum ministro do STF apoiará, antecipou Gilmar, é a PEC (proposta de emenda à Constituição) que restringe as decisões individuais (monocráticas) dos tribunais superiores. O texto já foi aprovado pelo Senado e é lembrado sempre por deputados em momentos de conflito com o Judiciário.

Gilmar foi procurado, mas não retornou os contatos da reportagem até a publicação deste texto.

Motta é cobrado por Nikolas e afirma que anistia não será aprovada à força

Marianna Holanda e Raphael Di Cunto

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse a deputados que não há consenso na Casa sobre anistia ampla para os presos e condenados nos ataques golpistas do 8 de Janeiro. O texto não passará na força, afirmou ainda.

A fala foi feita em reunião de líderes na terça (20), em resposta ao deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Com outros integrantes da oposição, ele participou da reunião para cobrar o presidente da Casa sobre anistia e CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do INSS.

Sobre a comissão, o debate foi mais rápido, e Motta citou a questão regimental, de que há outros requerimentos a fila. A discussão esquentou quando passou para anistia.

Segundo pessoas que estavam na reunião, Nikolas pediu a Motta posicionamento público sobre o tema, lembrando que na sala dele estiveram os seis filhos de um fugitivo do 8 de Janeiro há poucos meses.

O projeto de lei reuniu em abril as assinaturas necessárias para que seja declarada a sua urgência (quando o texto pode ir direto para plenário), mas a prerrogativa final da pauta é do presidente da Casa. Motta, com o respaldo do colégio de líderes, decidiu no mês passado não levar o tema para plenário.

De acordo com relatos, Motta demonstrou irritação ao responder ao deputado. Em determinado momento, mencionou estar cansado de ser questionado sobre o tema em todo lugar e acrescentou que ninguém mais do que ele quer ver situação resolvida.

Folha de São Paulo

Brasil taxa muito consumo e se arrisca ao isentar de IR ganhos de até R\$ 5.000

Estudo vê desvantagem em receita apoiada em bens e serviços e IDH maior de países que tributa mais a renda; para especialista, mais ricos terão facilidade em escapar de taxaço

Fernando Canzian

SÃO PAULO Países que tributam mais a renda em vez do consumo tendem a ter índices de desenvolvimento humano (IDH) maiores, menor desigualdade e serem democracias mais liberais. O contrário se dá em economias cuja maior base tributária está apoiada em bens e serviços, caso do Brasil e de dezenas de países menos desenvolvidos, sobretudo na África.

Análise da estrutura tributária de 73 nações por 32 anos feita pelo Observatório Brasileiro do Sistema Tributário, parceria do Sindifisco Nacional com a Universidade Federal de Goiás, sustenta que a progressividade (cobrar mais de quem ganha ou tem mais) traz vantagens comparativas.

A partir de uma análise histórica, econômica e política, o estudo diz que o aumento da tributação em vários países ao longo de séculos levou a uma participação maior da sociedade nas decisões de governos e na cobrança de resultados, tornando-as mais liberais.

No caso do Brasil, segundo dados do levantamento, a tributação sobre bens e serviços representa o dobro do que é arrecadado na taxaço sobre a renda —14,3% do PIB, ante 7,3%, respectivamente. Como comparação, nos EUA, bens e serviços respondem por 4,1%, e a renda, por 11,6%.

Nesta semana, a comissão da Câmara que analisa o projeto para isentar do IR de quem ganha até R\$ 5.000 ouviu integrantes do governo. A medida é promessa de campanha do presidente Lula. A isenção beneficiaria 10 milhões de pessoas e prevê renúncia fiscal de R\$ 27 bilhões. Para compensar, o governo quer tributar quem ganha mais de R\$ 600 mil ao ano (em salários, aluguéis, dividendos e outros rendimentos).

Francisco Tavares, coordenador do Observatório Brasileiro do Sistema Tributário, diz que, embora o projeto leve a uma di-

Países que tributam a renda são mais liberais e têm IDH mais alto

País	Receita fiscal como % do PIB*	Impostos sobre bens e serviços como % do PIB	Impostos sobre a renda como % do PIB	Índice de Desenvolvimento Humano**	Índice de Democracia Liberal***
EUA	25,7	4,1	11,6	0,93	0,74
Alemanha	40	10,6	12,6	0,95	0,84
Japão	31,4	6,3	9,7	0,92	0,76
Reino Unido	34	11,2	11,2	0,93	0,79
Itália	42,5	12,8	13,3	0,90	0,78
Canadá	33	7,7	16	0,93	0,78
Brasil	32,5	14,2	7,2	0,76	0,54
Burundi	16,6	10,6	4,2	0,42	0,05

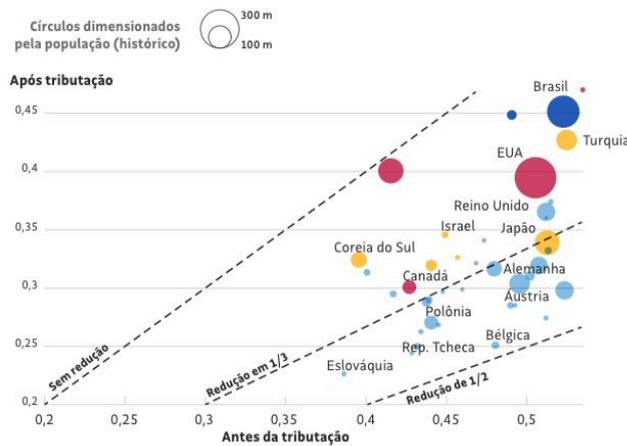
* A receita total é maior do que a soma das sobre bens e consumo e renda em razão de outros tributos sobre patrimônio e contribuições | ** Quanto mais próximo de 1, melhor | *** Incorpora medidas de Estado de Direito, de controles e equilíbrios e de liberdades civis, juntamente com os conceitos do Índice de Democracia Eleitoral. E calculado pelo Instituto V-Dem, da Universidade de Gotemburgo (Suécia)

Fonte: Observatório Brasileiro do Sistema Tributário - com dados de 2019

Desigualdade no Brasil pós-impostos está entre as maiores do mundo

Índice de Gini (quanto mais próximo de 0, menos desigual o país)

■ África ■ Ásia ■ Europa ■ América do Norte ■ Oceania ■ América do Sul



Fonte: elaboração José Alexandre Scheinkman

minuição da base de arrecadação do imposto sobre a renda, ele faz sentido, pois a tributação recairia sobre quem ganha mais.

“Não é necessário que haja uma porção majoritária da população como contribuinte do IR”, diz. “Não se trata de elevar a tributação sobre camadas médias, mas de alcançar rendimentos tributados que atingem somas vultosas, ainda que sejam obtidos por um conjunto reduzido de contribuintes. O Brasil teria base tributável para modificar o modelo atual, em que o consumo é priorizado como fonte de arrecadação.”

Para a portuguesa Rita de La FERIA, da universidade britânica de Leeds e uma das maiores especialistas em tributação no mundo, é desejável que a tributação recaia mais sobre a renda. No caso brasileiro, porém, ela diz que prevalece a taxaço do consumo pois não há uma classe média ampla como nos países desenvolvidos —onde a tributação sobre rendimentos é proporcionalmente maior.

Ela questiona o projeto de isentar quem ganha até R\$ 5.000 e concentrar a arrecadação nos mais ricos. “É um risco enorme diminuir a base tributária e taxar os 10% mais ricos, pois essas são as pessoas com mais mobilidade para seu capital no mundo.”

Segundo ela, vários países europeus voltaram atrás em impostos sobre herança e riqueza, pois os abastados acabavam encontrando brechas para evitar a taxaço, como a mudança de domicílio fiscal. Os impostos sobre imóveis, diz, são os mais utilizados hoje para taxar os ricos.

Rita participou de debate no Insper promovido pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras. No mesmo evento, José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade Columbia, em Nova York, apresentou dados que mostram como o sistema tributário brasileiro, baseado no consumo, acaba afetando a desigualdade medida pelo índice de Gini. O Brasil encontra-se entre os piores no mundo.

Entre 1989 e 2020, o Congresso analisou 4.841 projetos, medidas provisórias e propostas de emendas constitucionais na área tributária. Só 5% (247) dessas proposições foram progressivas, no sentido de tributar as camadas mais ricas ou aliviar as mais pobres (como na isenção a produtos da cesta básica).

Folha de São Paulo



Deputados reunidos no plenário da Câmara para sessão nesta quarta-feira (21) Kayo Magalhães/Divulgação Câmara dos Deputados

Câmara aprova reajuste salarial de servidores; impacto é de R\$ 17,9 bilhões

Texto vai ao Senado; parte do projeto que tratava da reestruturação de carreiras ficará para o grupo de trabalho sobre tributária

VIDA PÚBLICA

BRASÍLIA A Câmara aprovou, nesta quarta-feira (21), o reajuste para servidores públicos, mas a parte do projeto de lei do Executivo que trata do sistema de avaliação da reestruturação de carreiras ficará para o grupo de trabalho sobre reforma administrativa.

O projeto foi aprovado por 388 a 43. O texto segue para o Senado.

Ele estava na pauta desde terça, mas foi adiado diante de impasses com partidos do centro, especialmente MDB e PP. Uma das principais demandas era a inclusão de veterinários no reajuste, o que não entrou no texto, por não haver previsão orçamentária.

Mas o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), disse que há compromisso da gestão Lula (PT) de apresentar uma resposta para categorias que ficaram de fora do reajuste.

O relator do texto, Luiz Gastão (PSD-CE), disse que o tema deveria ocorrer via outro projeto de lei enviado pelo Executivo.

Foi mantido o alongamento das carreiras, além das mudanças nos salários iniciais e finais. A parte sobre o sistema com regras de progressão e avaliação das carreiras, o Sidec (Sistema de Desenvolvimento na Carreira), será tratada no âmbito da reforma.

O reajuste deveria ser votado até o dia 2, senão colocaria em risco os aumentos do funciona-

lismo público. Foram rejeitadas mais de 60 emendas à proposta. O acordo com servidores prevê que os reajustes fossem pagos, a princípio, ainda em janeiro deste ano e depois, em abril do próximo ano. Neste ano, o impacto financeiro será de R\$ 17,9 bilhões e está previsto no Orçamento. Para 2026, serão R\$ 8,5 bilhões.

Desde a véspera, o governo já admitia a possibilidade de a reestruturação de carreiras ser discutida no âmbito da reforma administrativa. O Ministério de Gestão, sob o comando de Esther Dweck, negociou durante um ano com mais de 30 categorias do funcionalismo público a mudança no ordenamento das carreiras. Agora, a proposta receberá modificações dos parlamentares.

O grupo de trabalho da reforma administrativa começará a funcionar a partir da próxima semana. E sua criação foi oficializada por Hugo Motta (Republicanos-PB). "Esse projeto não atende a um polo ou outro representado nesta Casa, atende a uma sociedade que pede, clama, por serviços públicos de melhor qualidade", disse o presidente da Câmara.

"Intuito não é jamais tirar direito de nenhuma categoria, fazer perseguição a ninguém. O que esta presidência pensa e trabalhará junto aos líderes partidários é que podemos avançar usando pontos usados em outros países, como uso de tecnologia para

prestar serviço melhor para população." De acordo com Motta, o grupo deverá apresentar um relatório em 45 dias.

O projeto de lei do governo inicialmente era uma medida provisória. E, diante da pressão dos carreiros por emendas ao texto e da dificuldade de consenso, os líderes partidários decidiram discutir a reestruturação com mais calma.

A questão do reajuste também mobilizou as carreiras médica e médica veterinária ao Congresso, onde se queixam de não ter recebido reajuste de 9% e pedem para entrar como emenda no texto, quando votado.

Como o Orçamento deste ano só foi aprovado no fim de março, só depois disso o reajuste poderia ser pago. Inicialmente, a relatoria do projeto era o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), mas foi trocada para o deputado Luiz Gastão (PSD-CE).

Pedro Paulo será coordenador do grupo de trabalho da reforma administrativa. Ele afirmou à Folha que o objetivo não é retomar a discussão sobre a PEC (proposta de emenda à Constituição) proposta no governo Bolsonaro (PL), que tinha um viés mais fiscalista, mas discutir regras para melhorar a entrega do serviço público para a população. "Vamos debater metas, supersalários, progressão na carreira", disse.

O encaminhamento do texto foi publicado no Diário Oficial da União de 2 de abril. Entre outras medidas, "altera a remuneração de cargos em comissão, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho". O texto propõe alterar as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira (Sidec).

Gastão publicou ainda durante a tarde seu novo parecer, em que defende o encaminhamento da discussão sobre o Sidec para o grupo de trabalho da reforma administrativa.

"Em relação ao tema do desenvolvimento do servidor na carreira, especificamente naquilo que se relaciona ao Sidec, entendemos que esta oportunidade não é a mais adequada para tal discussão. A nosso ver, o tema em questão deve ser tratado no âmbito da reforma administrativa", disse.

O relator também defendeu a revogação de dispositivos que tratam da gratificação de cargos na ANM (Agência Nacional de Mineração), por entender que a medida fere a equiparação de carreiras das demais agências.

Inicialmente, quando o projeto foi enviado pelo governo ao Congresso, o acordo era para que o texto fosse inteiro definido por acordo entre os parlamentares, sem apresentação e votação de emendas — sugestões de mudanças enviadas ao relator, que pode aceitá-las ou rejeitá-las, e que também podem ser aprovadas por maioria dos votos no plenário.

Contudo, o acordo não foi respeitado, e Pedro Paulo deixou a relatoria do texto, que foi repassada então para Gastão, em negociação conduzida pelo presidente da Câmara, Hugo Motta.

Marianna Holanda, João Gabriel, Victoria Azevedo e Raphael Di Cunto

O Estado de São Paulo

Ação penal do golpe

Ex-chefe da Aeronáutica reafirma a adesão da Marinha a trama golpista

Em depoimento ao STF, tenente-brigadeiro Baptista Jr. diz que ele e o ex-comandante do Exército se recusaram a apoiar ruptura e relata 'brainstorming' sobre prisão de Moraes

GUSTAVO CORTES
BRASÍLIA

O ex-comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior, afirmou ontem, durante depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF), que, em novembro de 2022, o então comandante da Marinha, almirante de esquadra Almir Garnier Santos, colocou suas tropas à disposição do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para um intento golpista.

Baptista Junior, que comandou a Força Aérea Brasileira (FAB) de abril de 2021 a dezembro de 2023, foi ouvido como testemunha de acusação no processo a que Bolsonaro responde no STF por tentativa de golpe de Estado. Ele foi inquirido pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. Os advogados de Bolsonaro, do almirante Garnier e do general e ex-ministro da Defesa Walter Braga Netto também participaram da audiência. Os três são réus sob acusação de terem integrado o "núcleo crucial" da trama golpista. Até agora, dos 34 denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito do golpe, 31 foram processados.

De acordo com o relato de Baptista Junior, ele e o ex-comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, se opuseram ao posicionamento do almirante Garnier e tentaram dissuadir Bolsonaro da ideia de impedir a posse do então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

"O almirante Garnier não estava na mesma sintonia, na mesma postura que o general Freire Gomes. Em uma dessas reuniões, chegou a um ponto em que ele falou que as tropas da Marinha estariam à disposição do presidente", disse Baptista Junior. O tenente-brigadeiro afirmou não se recordar da data exata da reunião e disse que ela deve ter ocorrido perto do dia 14 daquele mês.

PRISÃO. Baptista Junior declarou ainda que o general Freire Gomes ameaçou prender Bolsonaro caso fosse decretada uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para evitar a posse de Lula. O episódio,



O tenente-brigadeiro Carlos Baptista Junior comandou a FAB entre abril de 2021 e dezembro de 2023

relatou, ocorreu em uma reunião no Palácio da Alvorada, também em novembro de 2022. "General Freire Gomes é uma pessoa polida. Não falou com agressividade, mas foi isso que ele falou: 'Se o senhor fizer isso, vou ter que te prender'. Foi algo assim", disse o ex-chefe da Aeronáutica.

Na segunda-feira, em depoimento ao STF também como testemunha de acusação, Freire Gomes afirmou que não deu voz de prisão a Bolsonaro. "O que alertamos ao presidente foi que no Exército não iria-

"O almirante Garnier não estava na mesma sintonia, na mesma postura que o general Freire Gomes. Em uma dessas reuniões, chegou a um ponto em que ele falou que as tropas da Marinha estariam à disposição do presidente"

"Eu falei (para Augusto Heleno): 'General, nós nunca conversamos sobre esse assunto (...). No clima que o Brasil está, preciso falar algo para o senhor. Eu e as Forças Aéreas não vamos apoiar ruptura institucional'"

Carlos de Almeida Baptista Junior
Ex-comandante da Aeronáutica

mos participar de qualquer coisa que extrapolasse nossa competência constitucional", disse o general na ocasião.

Questionado pela defesa de Garnier sobre a contradição, Baptista Junior respondeu: "Ele (Freire Gomes) não deu voz de prisão ao presidente, não foi assim. Mas ele falou, por hipótese, que poderia prender o presidente".

MINUTA. Segundo a denúncia oferecida pela PGR, Bolsonaro mostrou aos então comandantes das Forças Armadas uma "minuta" de golpe, que propunha a realização de novas eleições e a prisão de autoridades do Poder Judiciário. Baptista Junior afirmou ontem que ele e Freire Gomes se recusaram a aderir a qualquer trama de ruptura institucional.

"O ministro (da Defesa) Paulo Sérgio (Nogueira de Oliveira) disse: 'Trouxe aqui um documento para vocês'. Não me lembro se era estado de defesa ou estado de sítio. Perguntei: 'Esse documento prevê impedir a assunção do presidente eleito?' Ele disse: 'Sim'. Eu disse: 'Não admito sequer receber esse documento. Não ficarei aqui'", relatou o ex-comandante da Aeronáutica no depoimento ao Supremo. O ex-titular do Ministério da Defesa também é réu por tentativa de golpe, acusado de integrar o mesmo núcleo de Bolsonaro.

Baptista Junior disse ainda que, nas conversas, Bolsonaro e auxiliares do ex-presidente passaram a aventar a possibili-

dade de decretar uma operação de GLO, estado de defesa ou estado de sítio a pretexto de solucionar uma "crise institucional". Entre os participantes da reunião que buscavam dar subsídios à ideia de estabelecer medidas de intervenção, afirmou o ex-comandante, estava o então ministro da Justiça, Anderson Torres.

Conforme Baptista Junior, nas primeiras reuniões com Bolsonaro após o segundo turno da eleição presidencial de 2022, discutia-se uma operação de GLO para lidar com possível convulsão social causada pela polarização política e mobilização de apoiadores do ex-presidente. Depois, segundo o tenente-brigadeiro, ficou claro que o plano tinha como finalidade evitar a posse de Lula.

'BRAINSTORMING'. Em um desses encontros, houve, nas palavras de Baptista Junior, um "brainstorming" sobre a possível prisão de autoridades. Durante reunião realizada no Alvorada com a participação de Bolsonaro e dos então chefes das Forças Armadas, relatou, foi cogitada a possibilidade de prender o ministro do Supremo Alexandre de Moraes, que na época era presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "Eu lembro que houve essa cogitação de prender o ministro Alexandre de Moraes."

Brainstorming é um termo em inglês que significa "tempestade de ideias", e é usado para designar a técnica colaborativa para buscar ou criar solu-

ções para um problema.

O chefe da Aeronáutica afirmou ter avisado também ao ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, que a FAB não participaria de uma tentativa de golpe. Os dois se encontraram durante uma formatura do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), segundo o tenente-brigadeiro. Heleno também é réu no STF.

Na ocasião, de acordo com Baptista Junior, o general acompanhava a formatura do neto, quando foi convocado para uma reunião emergencial com Bolsonaro e pediu carona para Brasília no avião da Força Aérea. "Eu falei: 'General, nós nunca conversamos sobre esse assunto. Não é normal o senhor sair no meio da formatura para uma reunião de emergência. No clima que o Brasil está, preciso falar algo para o senhor. Eue as Forças Aéreas não vamos apoiar ruptura institucional'", disse Baptista Junior.

URNAS. O ex-comandante da Aeronáutica disse também no depoimento que informou Bolsonaro da inexistência de evidências de que as urnas eletrônicas tivessem falhas. Segundo ele, o coronel Marcelo Câmara, ex-assessor do ex-pre-

'Núcleo crucial'
Almir Garnier é acusado de integrar o mesmo núcleo de Bolsonaro na trama de golpe

sidente, procurou um outro coronel que integrava a Comissão de Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação do TSE para tratar de "achados" sobre o sistema de votação adotado.

"Comentei (sobre a inexistência de fraudes nas urnas) após o segundo turno, numa reunião que tivemos no dia 9 de novembro, e depois em várias reuniões com o ministro da Defesa e depois, com mais ênfase, no dia 14, quando ele (Bolsonaro) me apresentou o relatório do Instituto Voto Legal", afirmou o tenente-brigadeiro. O relatório produzido pelo instituto foi usado pelo PL para pedir a anulação de parte dos votos das eleições de 2022. ● COLABOROU JULIANO GALISI

O Estado de São Paulo

Eleições 2026

Leite confirma que é pré-candidato à Presidência; PSD tem mais nomes

LUCAS KESKE

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), confirmou que é pré-candidato à Presidência da República em 2026. Leite se reuniu anteontem pela primeira vez com a bancada do PSD na Câmara dos Deputados desde que se filiou ao partido, em 9 de maio, após deixar o PSDB.

“Sim, eu sou um pré-candidato à Presidência da República. Busco esse caminho. É uma aspiração legítima de quem foi prefeito, governador e quer contribuir para o melhor do Brasil”, declarou o governador em entrevista à imprensa.

Questionado sobre uma eventual disputa interna com o governador do Paraná, Ratinho Júnior, também considera-

do como pré-candidato pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab, Leite desconversou. “Vamos estar um ao lado do outro, buscando contribuir com esse caminho alternativo. Se ele se apresentar futuramente como um candidato com maior viabilidade e for até o fim na sua aspiração, então ‘bora’, vamos juntos. Não tenho problema nenhum com isso”, disse Leite. Em outros momentos, o governador deu pistas de que vê Ratinho Jr. como “à frente” no processo de indicação do PSD.

ACENOS. Kassab já deu declarações sinalizando apoio à pré-candidatura de Leite ao Planalto. Em outro momento, disse o mesmo sobre Ratinho Jr. Nos bastidores, trabalha ainda a possibilidade de apoiar o go-

vernador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para a disputa presidencial. Contudo, a indicação dele depende do aval do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que segue afirmando que será candidato, apesar de estar inelegível por decisões da Justiça Eleitoral e responder a outros processos no Supremo Tribunal Federal (*mais informações nesta página*).

A quantidade de nomes não parece gerar incômodo na cúpula do PSD. O partido não dá indícios de que já tenha decidido os critérios para avaliar quem será escolhido. A sigla não planeja realizar prévias. Apesar da declaração, Leite não descartou disputar vaga na Câmara ou no Senado. ●

O Estado de São Paulo

Em início de tramitação, fim da reeleição passa na CCJ do Senado

Aprovada de forma simbólica, PEC propõe também aumento de mandato para 5 anos; texto será avaliado por comissão especial

MARIA MAGNABOSCO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos. O texto, aprovado de forma simbólica, também propõe o aumento do tempo de mandato: cinco anos para chefes do Executivo, deputados federais, distritais e estaduais e vereadores e dez anos para senadores.

O relator da PEC 12/2022, senador Marcelo Castro (MDB-PI), incluiu no texto a unificação das eleições para todos os cargos no País a cada cinco anos, tanto no Executivo quanto no Legislativo.

Com a aprovação na CCJ, a proposta segue para uma comissão especial antes de ser votada em plenário. Depois, ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados.

Para ser aprovada, uma PEC precisa do apoio de três quintos dos parlamentares nas duas Casas. Dessa forma, a pro-

posta precisará do voto favorável de pelo menos 54 senadores (do total de 81) e 308 deputados (entre os 513).

Segundo o autor da PEC, senador Jorge Kajuru (Podemos-GO), a medida deve gerar economia de recursos públicos e mais previsibilidade. A intenção é garantir que candidatas a cargos do Poder Executivo tenham “uma maior oportunidade de competir em condições mais igualitárias, sem a vantagem dos atuais ocupantes do cargo”.

‘RENOVAÇÃO’. O texto também menciona que, para a sociedade, “a proposta pode promover a renovação política, permitindo o surgimento de novas lideranças e ideias, além de proporcionar um período maior para a implementação de programas de governo”.

“A nosso ver, a renovação da representação política é sempre desejável. Permite simultaneamente o surgimento de novas lideranças e dá às antigas, retiradas momentaneamente do exercício do mandato, a oportunidade de, no convívio com suas bases eleitorais, atualizar sua agenda e suas propostas”, afirma o texto.

Caso aprovada nas duas Casas, a PEC prevê que os atuais membros do Executivo concluam seus mandatos e, se estiverem no primeiro mandato,



Relator Marcelo Castro (de pé) incluiu unificação das eleições na PEC

Para entender

O que diz o texto após a 1ª etapa de tramitação

● **Fim da reeleição só para cargos do Executivo**
Presidente, governadores e prefeitos não poderão mais se reeleger; nada muda para cargos do Legislativo

● **Mandatos ampliados**
Mandatos do Executivo e do Legislativo serão ampliados. Dos atuais quatro para cinco anos nos cargos do Executivo, para deputados e vereadores. E de oito para dez anos no caso de senadores

● Transição

Membros do Executivo ainda poderão se candidatar à reeleição mais uma vez. Presidente e governadores eleitos em 2026 e 2030 exercerão quatro anos de mandato. Prefeitos e vereadores eleitos em 2028 terão seis anos de mandato, para permitir a coincidência entre todas as eleições do Legislativo e do Executivo a partir de 2034

● Calendário único

A partir das eleições de 2034, os mandatos passam a ser de cinco anos para todos os cargos, exceto senador (que será de dez anos)

ção uma última vez. A mudança possivelmente exigirá ajustes nos calendários e processos eleitorais.

Segundo a proposta de emenda constitucional, os mandatos de presidente da República e dos governadores eleitos em 2026 e 2030 terão duração de quatro anos. A partir das eleições de 2034, esses mandatos passarão a ter cinco anos. Também ficaria proibida a reeleição imediata, inclusive para quem tiver sucedido ou substituído o titular nos seis meses anteriores à eleição. Os pleitos para esses cargos passarão a ocorrer na mesma data das demais eleições no País.

Vedação
Pelo texto aprovado na CCJ, mesmo vices que substituíram titulares não poderiam se candidatar

No caso de prefeitos e vereadores eleitos em 2028, os mandatos seriam de seis anos, com o objetivo de “ajustar o calendário eleitoral para unificação dos pleitos”. A partir das eleições de 2034, os mandatos passarão a ter cinco anos.

O texto também prevê que seja vedada a reeleição imediata para o cargo de prefeito, inclusive para quem tiver sucedido ou substituído o titular nos seis meses anteriores ao pleito.

Segundo a regra de transição prevista, “os prefeitos eleitos em 2024 poderão se candidatar à reeleição se não tiverem exercido a titularidade do mandato no período imediatamente anterior”. ●

O Estado de São Paulo

Inelegível, Bolsonaro volta a publicar vídeo sobre disputa

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) publicou um vídeo ontem em que declara sua intenção de tentar disputar a Presidência da República em 2026, apesar de estar inelegível por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A declaração foi feita em março deste ano, quando questionado por jornalistas, mas foi agora republicada por Bolsonaro em sua conta na plataforma X (antigo Twitter). Na gravação, o ex-presidente também afirma que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), buscará a reeleição.

“Nós dois seremos candidatos ano que vem. O Tarcísio para reeleição e eu para presidente. Se eu não aparecer como candidato é uma negação à democracia. Qual foi o crime que eu cometi? Me reunir com embaixadores? Ah, tenha san-

ta paciência”, disse Bolsonaro. Na ocasião, o ex-presidente perguntou se “estamos no ritmo da Venezuela”, quando questionado se a inelegibilidade decidida pelo TSE o impediria de participar do pleito.

ROMÊNIA. Ele citou o caso da Romênia em que, segundo Bolsonaro, o candidato de direita foi retirado do pleito e a Justiça confirmou sua inelegibilidade. “O povo não aceita o que a gente chama de ‘lawfare’, interferência política no destino de uma nação”, declarou.

Como mostrado pelo **Estado**, um tribunal da Romênia anulou, em 6 de dezembro de 2024, o primeiro turno das eleições presidenciais do país, dias após alegações de que a Rússia realizou campanha online coordenada para promover o candidato de extrema direita que venceu a disputa. ● L.K.

O Estado de São Paulo

Setor elétrico Peso extra

Lula assina medida provisória que amplia isenção da conta de luz

Texto deve beneficiar 60 milhões de pessoas de baixa renda; conta será bancada pelos consumidores de classe média

RENAN MONTEIRO
GABRIEL HIRABAHASI
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem a medida provisória da reforma do setor elétrico, que vai ampliar a isenção do pagamento da conta de luz para até 60 milhões de brasileiros e deve aumentar a fatura aos demais consumidores no curto prazo. O texto da medida provisória será enviado ainda ontem para o Congresso.

Em reunião no Palácio do Planalto, no final da manhã, para tratar justamente da tramitação da medida, o presidente Lula apresentou o desenho final da proposta ao presidente do

Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e a outros parlamentares. Com a proposta, o governo tenta conter a perda de popularidade do presidente, abalada pela alta de preços dos alimentos e agora pelo escândalo das fraudes no INSS.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que participou do encontro no Planalto, “há ansiedade” do presidente Lula em “reduzir o preço da energia elétrica no Brasil”. Silveira disse que, desde o início da atual gestão, Lula pediu que se buscasse uma forma de reduzir o preço da energia no País. Segundo o ministro, a versão final da medida provisória foi “recepcionada de forma muito positiva” pelos participantes da reunião, pois em sua avaliação a proposta contém “soluções para proteger a classe média e os mais pobres do País”.

Silveira afirmou ainda que o texto final da MP prevê que 40 milhões de pessoas terão gratuidade total na conta de ener-

gia elétrica, e que outros 60 milhões terão descontos. Ao todo, segundo ele, 100 milhões de pessoas serão beneficiadas.

A proposta, no entanto, enfrentou a resistência do Ministério da Fazenda, que temia pelos seus impactos fiscais. Mas o Ministério de Minas e Energia assegurou que o subsídio, estimado em R\$ 3,6 bilhões, seria custeado pela

no País é de 200 kWh mensais.

Assim, serão contempladas famílias do CadÚnico (desde que tenham renda mensal até meio salário mínimo per capita, sejam indígenas e quilombolas ou sejam atendidas em sistemas isolados) e pessoas com deficiência ou idosos que recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada). A medida valerá mesmo



“A medida provisória traz soluções para proteger a classe média e os mais pobres do País”

Alexandre Silveira
Ministro de Minas e Energia

conta de luz dos demais consumidores, como mostrou o **Estadão**, e por corte de subsídios setoriais.

ALCANCE. O texto estabelece que a conta de luz passará a ser gratuita para todos os consumidores de baixa renda que gastam até 80 kilowatts-hora (kWh) por mês – a média de consumo residencial

às pessoas desse grupo que gastem mais do que os 80 kWh. Se gastar 100 kWh, por exemplo, a pessoa terá gratuidade até os 80 kWh, e bancará a tarifa normal sobre os 20 kWh restantes.

Silveira disse ontem que o governo decidiu antecipar a abertura do mercado livre de energia de baixa tensão, como antecipou o

Estadão/Broadcast. Isso começaria em 2027, mas o governo decidiu iniciar o processo a partir de agosto de 2026 para indústria e comércio de pequeno porte e dezembro de 2027 para consumidores residenciais. A compensação desse ônus adicional aos consumidores residenciais e pequenos empreendimentos, que terão acréscimo na conta de luz para bancar a ampliação das isenções, só deverá ocorrer no longo prazo.

TRAMITAÇÃO. O **Estadão** apurou que o senador Eduardo Braga (MDB-AM) está sendo cotado para ser o relator da medida provisória o Congresso. Braga era um dos líderes presentes na reunião de ontem no Planalto. Além do relator, outros postos importantes no processo são o cargo de presidente da Comissão Mista para MP e o de relator revisor.

A favor de Braga, conta a experiência no setor elétrico – foi ministro de Minas e Energia de 2015 a 2016. Por outro lado, ele já é relator do segundo projeto que regulamenta a reforma tributária, foco de atenção do governo. Também participaram do encontro no Planalto a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP). ●

Veículo
Diário Caiçara



Prefeitos do Litoral Norte são homenageados em cerimônia da Polícia Rodoviária Estadual

Os prefeitos Toninho Colucci (Ilhabela), Mateus Silva (Caraguatatuba), Reinaldinho Moreira (São Sebastião) e Flávia Pascoal (Ubatuba) foram homenageados na manhã desta terça-feira (20/5), durante a cerimônia que celebrou o primeiro ano de funcionamento da 4ª Companhia do 6º Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual em sua nova sede, localizada no bairro Rio do Ouro, em Caraguatatuba, no Litoral Norte de São Paulo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Vereador Aurimar Mansano homenageia técnicos e auxiliares de enfermagem pelo seu dia

Em reconhecimento ao trabalho essencial prestado por técnicos e auxiliares de enfermagem, o vereador Aurimar Mansano concedeu uma Moção de Congratulação em comemoração ao Dia Nacional do Técnico e Auxiliar de Enfermagem, celebrado em 20 de maio. A homenagem foi aprovada durante a 16ª sessão ordinária da Câmara Municipal.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículo
Radar Litoral
Fala Caragua
Litoral em Pauta
Diário Caiçara
Band Vale
Ubatuba Times



Programa de Recuperação Fiscal registra mais de 1,8 mil atendimentos na 1ª quinzena em Caraguá

Contribuintes de Caraguatatuba têm a oportunidade de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis – LC 136/2025) do governo municipal até o dia 4 de junho. O Refis oferece a chance de negociação de débitos tributários e não tributários vencidos até 31 de dezembro de 2024, inscritos ou não em Dívida Ativa, protestados e/ou ajuizados.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Artesãos de Caraguatatuba participam do 19º Salão do Artesanato no Parque Ibirapuera

Artesãos de Caraguatatuba representam o município no 19º Salão do Artesanato, que será realizado de quarta-feira a sábado (21 a 25/5) no Pavilhão da Bienal, no Parque Ibirapuera, em São Paulo. Participam desta edição – que tem como tema “A Arte que Nasce da Fibra”, Angélica Santos, Jefferson Ferreira e Luana Kogus. O evento tem entrada gratuita e é a vitrine da diversidade e da maestria dos artesãos de todos os estados do Brasil.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua

Cursos de Qualificação Profissional

Assistente Administrativo + Assistente de Recursos Humanos

Gratuito

20 vagas por curso - Material Didático
Com certificado - 60 horas
Duração do Curso: 03/06/2025 à 15/07/2025
Terça, Quarta e Quinta-Feira das 8h às 11h

Caraguatuba abre inscrições para cursos gratuitos de Assistente Administrativo e Assistente de Recursos Humanos

A administração municipal de Caraguatuba firmou uma parceria com a Escola Técnica Estadual (Etec) para oferecer gratuitamente os cursos Assistente Administrativo e Assistente de Recursos Humanos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua

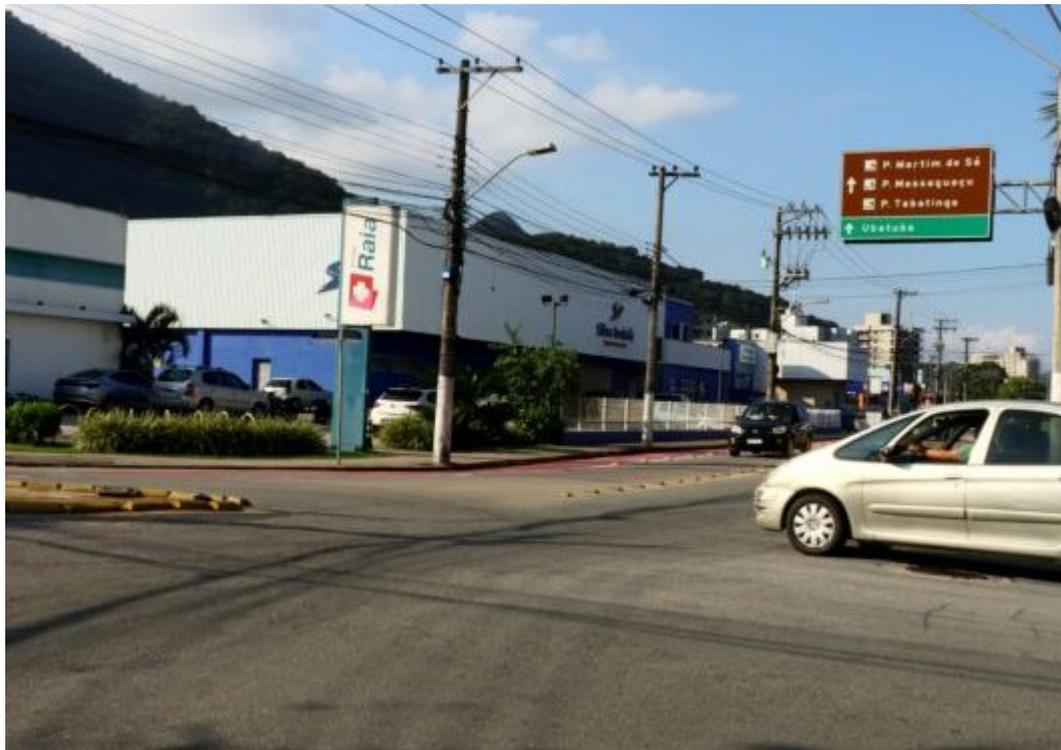


Agentes de trânsito ministram palestra na Casa de Saúde Stella Maris

Com o tema "Mobilidade Humana, Responsabilidade Humana" os agentes de trânsito de Caraguatatuba, Luber Castigliola e Luciane Aparecida dos Santos, ministraram palestra para funcionários da Casa de Saúde Stella Maris, na sede da instituição, no bairro Jardim Primavera.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua
Band Vale



Caraguatuba é contemplada com oito câmeras de monitoramento do Programa Muralha Paulista

Caraguatuba recebe nos próximos meses oito câmeras de monitoramento dentro do Programa Muralha Paulista, instituído pelo Decreto nº 68.828, de 4 de setembro de 2024, do governo do estado de São Paulo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Mães atendidas pelo CREAS de Caraguatatuba participam de seminário nacional sobre maternidade

Um grupo de mães acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Caraguatatuba participou de uma experiência marcante durante o 11º Seminário Internacional de Mães, o maior encontro de maternidade do Brasil, realizado em São Paulo, com o tema “Inspiração e Fortalecimento para a Jornada Materna” no último dia 3.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Parque Juqueriquerê recebe exposição de kokedamas e terrários em parceria com Centro Universitário Módulo

Entre os dias 27 de maio e 1º de junho, o Parque Natural Municipal do Juqueriquerê recebe a 1ª Exposição de Kokedamas e Terrários, em uma iniciativa do Centro Universitário Módulo de Caraguatatuba, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Secretaria de Administração de Caraguatatuba chama mais aprovados do Concurso de 2023 para apresentação até sexta-feira

Mais 19 aprovados de sete cargos do Concurso Público de 2023 da Prefeitura de Caraguatatuba foram convocados entregar a documentação referente à posse até a próxima sexta-feira (23/5), das 9h às 12h e das 13h às 16h30, na Secretaria de Administração, no Centro.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua
Diário Caiçara
Jornal do Litoral



Polícia Militar inicia Projeto V.I.D.A. em Caraguatatuba para ampliar proteção às vítimas

O 20º Batalhão da Polícia Militar do Interior iniciou o Projeto V.I.D.A. – Vigilância, Inteligência, Defesa e Ação, em Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Caraguatatuba recebe edição 2025 do Festival Jazz & Vinhos de 5 a 8 de junho

O mês de junho começa com um toque de elegância em Caraguatatuba com a chegada da 7ª edição do Festival Jazz & Vinhos. De 5 a 8 de junho, a Praça da Cultura, no Centro, reúne artistas do jazz e uma seleção de estabelecimentos especializados em vinhos, massas, queijos, doces e outras iguarias.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



Bombeiros de Caraguatatuba são homenageados após resgate emocionante de cão em área de risco

O Corpo de Bombeiros de Caraguatatuba recebeu uma homenagem do vereador Danster Fernandes pela atuação exemplar no resgate de um cão que ficou preso em uma encosta de aproximadamente 25 metros de altura, no Morro do Camaroeiro.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diario Caiçara



Criminosos usam dispositivos eletrônicos para furtar carros no Litoral Norte

Quadrilhas especializadas em furto de veículos têm utilizado dispositivos eletrônicos para abrir carros mesmo com sistemas de segurança modernos, como chaves codificadas, travamento automático e alarmes. A prática tem crescido no Litoral Norte, preocupando moradores e comerciantes.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cultura

Veículo
Fala Caragua



Fazedores de Cultura representam Caraguatatuba no Revelando SP 2025

Com mais de 55 edições realizadas ao longo de quase três décadas, o Revelando SP, maior festival de economia criativa e cultura tradicional do estado de São Paulo, reúne a pluralidade da culinária tradicional, o artesanato, a música e as diversas manifestações da cultura popular regional. A Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc) está presente desde a primeira edição, com a representatividade dos artistas e fazedores de Cultura de Caraguatatuba, dando visibilidade às tradições caiçaras.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

20.04.2025

Entrevista com o Prefeito, Mateus Silva, para a TV Câmara.

Pauta: Hasteamento de bandeiras e balanço de 100 dias de governo.



Assista a reportagem completa [aqui](#).